



-----**Mandato 2017/2021** -----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

-----**Ata Número Trinta e Um**-----

----Aos onze dias de Março de dois mil e dezanove reuniram na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento em vigor, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal de Lisboa, Rui Paulo Figueiredo, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva que, também, assinou a referida lista.-----

----Às quinze horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente em exercício deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Draft das atas n.º 28 de 04.02.2019 e n.º 29 de 11.02.2019 (Doc 1 e Doc 2) -----
- 2. Passagem do DM Rodrigo Mello Gonçalves ao exercício do mandato como independente-----
- 3. Preparação da reunião plenária de 13.03.2019 (Doc 3) -----
- 4. Lista de matérias e assuntos pendentes (Doc 4) -----
- 5. Actualização do Calendário (Doc 5) -----
- 6. Proposta da GM PSD – Debate Temático sobre o combate à pobreza e a estratégia de redução da população sem-abrigo (Doc 6) -----
- 7. Outros Assuntos-----

----**O Senhor Presidente em exercício** deu início à reunião pedindo desculpas pelo seu atraso. Explicou que tinha solicitado que a reunião fosse uma hora mais tarde mas talvez tivesse sido melhor adiar a reunião para outro dia, e por isso apresentava novamente as suas desculpas.-----

----Deu conta que já tinha conversado o Senhor Deputado Luís Newton e que já tinham dado por encerrado o assunto entre eles, pediu desculpa pelo excesso na sua na resposta.--

----Desse modo, deu as boas vindas ao Senhor Deputado Luís Newton por ter regressado às reuniões da Conferência de Representantes.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** na sequência da intervenção do Senhor Presidente em exercício também queria apresentar o seu pedido de desculpas por não ter procurado durante a própria reunião, evitar da sua parte também qualquer tipo de observação e comentário, ou eventualmente algo que pudesse ter sido entendido como insinuação que tivesse gerado desconforto também e consequentemente depois de ter aumentado a



discórdia. Assim, julgava que o mais importante, nesse momento, era, de facto, a comunidade que serviam e, por isso, a necessidade de poderem chegar a um acordo.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** disse que tinha concordado que a reunião se realizasse mais tarde, no entanto tinha uma reunião às 16h30, assim solicitava que pudessem ver as questões mais urgentes em primeiro lugar e que as restantes matérias fossem discutidas numa outra reunião.-----

----Informou que estava disponível para uma nova reunião no dia seguinte, ao final da manhã, caso fosse necessário.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** agradeceu a disponibilidade demonstrada e que veriam como corriam os trabalhos e no final da reunião decidiriam se voltariam a reunir no dia seguinte ou não.-----

Ponto 1. Aprovação da ata n.º 28 de 04.02.2019 e n.º 29 de 11.02.2019 (Doc 1 e Doc 2)

----De seguida disse que tinham duas atas para aprovar e perguntou se algum Senhor Deputado tinha alguma correção a fazer, ou se podiam aprovar as mesmas, sempre com a salvaguarda que se algum Senhor Deputado ainda precisasse de uma revisão, de o poder fazer a todo o tempo.-----

----**O Senhor Deputado José Franco** quis apenas sugerir que houvesse mais cuidado na forma literária do que se escrevia, e que entre o verbo ter e o verbo estar houvesse o cuidado de usar o verbo apropriado, uma vez que existiam várias expressões em que essa diferença de forma era importante. Sugeriu que fosse revisto o texto nessa matéria, sendo que o sentido das frases acabava por ser perceptível era apenas uma questão de correção formal.--

----**O Senhor Presidente em exercício** declarou que iriam dar as atas por aprovadas com a incumbência de se fazer mais uma revisão, em termos desses pormenores que o Senhor Deputado José Alberto Franco tinha identificado.-----

---- Não havia objeções, pelo que iria colocar à votação a Ata n.º 28, de 4 de Fevereiro, e a Ata n.º 29, de 11 de Fevereiro. Não houve votos contra, nem abstenções, as atas n.º 28 e n.º 29 foram aprovadas por unanimidade, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes nas referidas reuniões.-----

Ponto 2. Passagem do DM Rodrigo Mello Gonçalves ao exercício do mandato como independente-----

----**O Senhor Presidente em exercício** sobre o presente ponto disse tinham algumas questões que tinham que formalizar do ponto de vista provisório e depois as matérias mais vastas.-----

----Continuou lembrando que era necessário uma deliberação formal da Conferência de Representantes, uma vez que tinha sido em sede de Conferência que tinham decidido a disposição dos lugares onde os Senhores Deputados se sentavam no plenário.-----



---Informou que o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves tinha pedido para se sentar na segunda fila, na bancada atrás do PAN, provisoriamente tinha aceitado a solicitação do Senhor Deputado, mas como sabiam e tinha comunicado no plenário, tinha que ser sujeito a ratificação da Conferência.-----

---Deu conta que tinha tido a oportunidade de reunir com o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves e com o Senhor Deputado Rui Costa, e que estava pré-agendada uma nova reunião com os outros dois conjuntos de Senhores Deputados que exerciam o seu mandato como Independentes para refletirem sobre as várias matérias e perceber essa questão.-----

---Lembrou que tinham três conjuntos de matérias diferentes, uma sobre a distribuição dos tempos de intervenção, nomeadamente para o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, porque todos os outros tinham os tempos atribuídos, e isso era uma matéria, que tal como outras, tinha que ser resolvida em sede de Regimento, e já tinham iniciado os trabalhos na semana anterior e por isso na sua opinião não valia a pena debaterem essa questão em sede de Conferência. Julgava que se tinha gerado um consenso de que era preciso resolver esses assuntos, não apenas olhando para os casos em concreto, mas, acima de tudo, de um modo geral e abstrato, porque não estavam livres de existirem outros deputados municipais que exerciam o mandato como independentes, no presente mandato ou no próximo. Portanto, tinham que rever essa situação, mas também se tinha gerado um consenso que não podiam estar em processo de revisão permanente do Regimento, e tinham que o fazer de um modo cirúrgico e célere para resolverem a situação.---

---Disse ainda que na presente semana, as forças políticas tinham ficado de refletir sobre as ideias e para tentarem resolver a situação rapidamente.-----

--- Informou que já tinham começado a resolver outras questões práticas, desde a disponibilização do espaço físico para esses dois Senhores Deputados, e outras matérias que tinham a ver com o relacionamento dos serviços com os deputados que exerciam o mandato como independentes e depois com todas as outras matérias.-----

---Deu nota formalmente que tinham vindo a trabalhar sobre um vasto conjunto de matérias, com base em algumas práticas e em consensos que se tinham registado em sede de Conferência de Representantes, fosse do modo como a Câmara era representada na Conferência e participava, sobre o modo como os deputados que exerciam o mandato como independentes, também eram convidados e participavam, fosse como os próprios serviços se relacionavam os deputados que exerciam o mandato como independentes e ainda como algumas coisas que estavam escritas de determinada maneira no site da Assembleia Municipal. Assim, aquilo que lhe tinha sido transmitido no passado dia um de Março pelos Senhores Deputados Rui Costa e Rodrigo Mello Gonçalves, e que lhes tinha dito que transmitiria à Conferência, e com algumas hesitações, considerava que não devia



provocar mudanças práticas unilaterais sem comunicar primeiro à Conferência, era que, por esses dois Deputados, esse consenso deixava de existir. E, portanto, como gostava de citar o Senhor Deputado José Leitão, quando em sede de Conferência de Representantes, a propósito de outra matéria, tinha dito que os consensos vigoravam enquanto existiam, quando deixavam de existir tinham que procurar trabalhar para criarem novos consensos.—

--- Sobre o relacionamento com os serviços, explicou que tinha dados indicações para que os dez deputados que exerciam o mandato como independentes passassem a receber individualmente, quer a documentação papel, quer fossem recibo das senhas ou quer fossem e-mails.-----

---Continuou dizendo que existiam de facto, algumas matérias que do modo como estavam escritas no site da Assembleia Municipal não estavam de acordo com o texto Regimento, ou seja, por exemplo, o Senhor Deputado Miguel Graça não era um membro permanente da Conferência de Representantes, tal como o representante da Câmara também não o era., isto à exata luz do que estava no Regimento. Portanto, esses pequenos pormenores, e existiam vários outros que tinham sido levantados e que já estavam a ser tratados, ou seja tudo o que era burocrático ou administrativo estava a ser tratado, tudo o que tinha a ver com as condições de trabalho, na exata medida em que todos os outros oitos Senhores Deputados Municipais que exerciam o mandato como independentes tinham começado a tratar.-----

---Sobre as outras matérias relacionadas com a Conferência de Representantes e com o Regimento disse que mereceriam uma reflexão mais aprofundada. Tinham ainda que elencar alguns pontos, mas dado o seu atraso, e a reflexão mais profunda que a matéria merecia, e sem o prejuízo de dar a palavra aos Senhores Deputados, teriam que refletir sobre a matéria.-----

---Lembrou que no início da mandato tinha existido deliberações e consenso, posterior a essa situação, com a passagem do Senhor Deputado Rui Costa a independente tinha-se criado um precedente em determinadas matérias, que tinha tido reflexos em termos de tempos de intervenção do Bloco de Esquerda, na representatividade das Comissões, bem como em termos de apoios nas assessorias ao Bloco de Esquerda, tinha havido um conjunto de matérias que tinham sido tratadas. Por outro lado, aquilo que tinha sido disponibilizado em termos de representatividade e ocupação numa determinada comissão, o Senhor Deputado Municipal Rui Costa não tinha chegado a tomar posse na 4ª Comissão, e portanto também nas Comissões tinham algumas matérias para resolver. Do ponto de vista mais prático e mais imediato, porque o que também valeria a pena era resolverem o modo estrutural nos próximos 15 dias, mas do ponto de vista prático, e o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves tinha entendido por bem, não criar nenhum incidente em plenário com essas questões e esperar que a Conferência, provisoriamente, definisse essas



questões. Disse ainda que tinham decidir se atribuíam algum tempo mínimo para as propostas estavam agendadas para a reunião do próximo dia.-----

---- Deu conta que o Senhor Deputado municipal que exercia o mandato como independente, Rui Costa tinha feito num conjunto de perguntas sobre variadíssimas matérias, todas relacionadas com o exercício do mandato por parte de vários deputados municipais como independente, ainda sobre o site da assembleia, tinha pedido certidões para, eventualmente, levar o assunto para outros fóruns.-----

----Explicou que tinha respondido não apenas do ponto de vista macro com aquilo que já estava a ser tratado, como tinha respondido a todas as questões que tinham sido colocadas. Deu exemplo de algumas perguntas que tinham sido feitas pelo Senhor Deputado, como questões sobre páginas da internet exteriores à Assembleia, se tinha conhecimento da página do Partido Livre, e se iram tomar medidas para repor uma eventual legalidade, e a esse tipo de questões tinha respondido que cumpria à Mesa da Assembleia Municipal fiscalizar sites de outras forças políticas, outras questões estavam relacionadas com o site da Assembleia, ou com questões do funcionamento prático tinha informado o Senhor Deputado que estavam a rever esse assunto.-----

----**A Senhora Segunda Secretária** defendeu que compreendia que os Senhores Deputado que se tinham candidatado como independentes no Partido Socialista e se tinham dado como Independentes, saindo do PS. No entanto, os Senhores Deputados que queriam ser independentes, não se tendo candidatados como tal num partido político não tinham que ter privilégios, considerava que tinham que fazer opções, ou entrava e trabalhava com o partido político no qual tinha sido eleito, ou não concordava que se prejudicasse o partido, que já ficava prejudicado com menos um Senhor Deputado, e depois ainda tinha que ceder tempo de intervenção do partido.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** relativamente à presente matéria disse que considerava que existiam três questões que teriam que discutir em primeiro lugar, o tempo de intervenção para o Senhor Deputado poder intervir na discussão das propostas, a questão da Comissão, ou o Senhor Deputado prescindia do seu lugar, enquanto o grupo de trabalho da revisão do Regimento não tomasse uma decisão sobre essa questão, relativamente aos Deputados que exerciam o seu mandato como independentes, se continuava a pertencer à Comissão onde estava ou não. E depois, outra questão relacionada com imediato que era a representação dos deputados independentes na Conferência de Representantes, uma vez que até ao presente momento existia um consenso para que a representação fosse feita entre os dois conjuntos existentes deputados independentes, do momento tinham dois deputados independentes que não concordavam com esse consenso e, portanto, era uma questão que também tinham que ver de imediato.-----



----**O Senhor Presidente em exercício** disse que as questões levantadas pelo senhor Deputado Diogo Moura tinham sido bem identificadas e perguntou se não queria dar contributos para a sua solução.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** disse que poderia dar contributos no mesmo sentido que tinha dado no grupo de trabalho de revisão do Regimento que era que o conjunto de deputados falassem entre si e fizessem uma proposta de rateio aleatório, cada semana vinha um dos Senhores Deputados às Conferências de Representantes.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** sobre essa questão informou os Senhores Deputados que se tinha feito porta-voz do grupo de trabalho e que tinha transmitido aos Senhores Deputados que exerciam o seu mandato como Independentes que a solução preferida era que chegassem a um acordo, ou seja se eles se entendessem sobre todas essas matérias que no grupo de trabalho do regimento era preferível, se não se entendessem funcionaria a democracia e a apresentação de propostas.-----

----**O Senhor Deputado José Franco** disse que essas questões tinham surgido e poderiam vir a surgir no futuro fruto da liberdade, que felizmente estava assegurada aos deputados eleitos, de desempenhar o seu mandato no contexto do grupo partidário, pelo qual tinham sido eleitos ou de, eventualmente, ao longo dos quatro anos se afastarem desse grupo partidário.-----

----Considerava que todos podiam ter opiniões pessoais sobre o que era eticamente mais recomendável, já tinham tido na Assembleia no mandato passado, pessoas que tinham sido eleitas num determinado grupo municipal partidário e que por divergências que tinham tido com esse grupo renunciaram ao mandato, e estimava e apreciava a posição dessas pessoas, mas também reconhecia que nos termos legais quem tinha sido eleito podia invocar que tinha sido uma eleição dos cidadãos na sua pessoa e que esse direito se mantinha até ao final do mandato.-----

----Acrescentou que tinham que estar disponíveis para ambas as opções e no caso concreto disse que os seis deputados que exerciam o mandato como independentes, de que de momento era porta-voz, estavam disponíveis para reunir com o Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal para contribuírem para uma solução consensual, como tinha sido desejado, estava aliás pré-agendada uma reunião para a próxima quarta-feira, e já tinha tido a ocasião de falar com os outros dois Deputados do outro conjunto de independentes, no sentido de estarem presentes em conjunto nessa reunião, para contribuírem com ideias e para não estarem a dispersar e a levar o debate até à exaustão por muitas mais reuniões.-----

----Terminou dizendo que tinham propostas positivas nesse sentido e consideravam que não se devia dedicar demasiado tempo dos trabalhos a esse assunto.-----



----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** considerava que era uma questão relativamente pacífica e que já tinham enquadrado com algum consenso e tinham encontrado soluções práticas e tinha funcionado até ao momento, e entretanto tinham-se alterado.-----

----Defendeu que não deveriam debater essa matéria em sede de Conferência, e o Senhor Presidente, no início, tinha referido a existência de dois grupos ou de dois conjuntos, considerava que a ideia do conjunto era para todos, não existiam dois conjuntos, e pensava que isso continuava a ser fixado, enquanto não houvessem decisões da própria Assembleia mediante o trabalho do grupo de trabalho para a revisão do Regimento. Disse que era preciso ter acautela suficiente para ir cumprindo em relação aos direitos de cada deputado por si, e não abrir precedentes que depois pudessem não ser vistos e entendidos a nível do trabalho que era necessário desenvolver.-----

----Considerava que o trabalho não iria ser fácil, mas tinham que conseguir encontrar fórmulas funcionamento que definissem bem a presente matéria e que não se prestassem a qualquer confusão ou a qualquer exigência a cada momento, entre outras.-----

----Continuou defendendo que deviam ter o tempo suficiente de reflexão, e, por isso mesmo considerava que se os Senhores Deputados quisessem intervir na reunião do próximo dia amanhã, e nas reuniões seguintes, deveriam ter um tempo mínimo, e nesse aspeto, considerava que deveriam estar disponíveis para isso, para não prejudicar quem tinha os direitos que eram reconhecidos como deputados eleitos, mas não deveriam abrir precedentes maiores.-----

----Acrescentou que deviam rapidamente trabalhar durante a próxima semana nessa matéria, mediante consensos ou não consensos.-----

----Concluiu defendendo que não deviam na presente reunião discutir o assunto, e deviam na próxima semana ter matéria suficiente, já trabalhada pela Mesa, para poderem analisar e discutir e decidir.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** disse que em primeiro lugar queria manifestar a mesmíssima posição que tinha tido quando a mesma situação tinha ocorrido com um outro grupo municipal. Portanto, quando tinha sido a situação com o grupo municipal do Bloco de Esquerda tinha manifestado que essa matéria deveria passar em primeira instância por uma cedência de tempo do Bloco de Esquerda para o deputado municipal independente, tempo esse que deveria integrar dentro do tempo dos independentes, e portanto deduzia que em matéria de cedência de tempos “*idem ibidem*” pelo menos para o presente momento, e por isso diria que teria que ser o PSD a ceder um tempo mínimo.-----

----No entanto, queria alertar que talvez da mesmíssima forma que a situação tinha tido impacto no Bloco de Esquerda, os Deputados do PSD individualmente dentro do seu grupo municipal não tinham cada um 30 segundos para falar, mas ainda assim considerava



que era da mais elementar justiça, até porque 30 segundos para falar também não dignificava a intervenção de nenhum deputado municipal. Portanto, para tentar colaborar e resolver o problema de imediato, disse que o PSD estava disponível nessa matéria.-----

----Relativamente à questão das comissões, seguir o mesmíssimo que tinha sido feito pelo Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda tinha indicado qual era a Comissão na qual prescindia um elemento, libertando essa comissão para que pudesse preenchida pelo deputado municipal que tinha passado a exercer o seu mandato como independente, o PSD nessa matéria faria o mesmo se mantiverem essa lógica de consensos, fariam o mesmo e dariam essa indicação.-----

----Acrescentou que tinham outras questões que queria alertar, e essas sim eram de maior complexidade. Explicou que questão dos independentes tinha um consenso generalizado que os independentes, ainda que a sua proveniência fosse toda da mesma lista, portanto, na altura, os independentes vinham todos da lista do Partido Socialista, a verdade era que eles não representavam todos as mesmas sensibilidades dentro da lista do Partido Socialista, nem dentro dos independentes, diria que assim à partida via duas sensibilidades diferentes dentro dos deputados independentes, a que se tinha acrescentado um terceiro deputado municipal independente com uma terceira sensibilidade, e no presente diria que se juntava um quarto deputado municipal com uma quarta sensibilidade.-----

----Defendeu que o princípio que tinha emanado do momento da criação desse bloco dos independentes era o de congregar todos os deputados cuja sensibilidade política fosse independente de qualquer outro dos partidos que estava representado na Assembleia Municipal e depois dentro desse bloco procurarem entender-se, aliás somente dessa forma poderiam compreender questões tão laterais mas tão relevantes também como, por exemplo, estarem representados na Conferência de Representantes, terem um conjunto de ferramentas de apoio que tinham sido pensadas em bloco. Julgava que isso não se devia destruturar, porque senão iriam pôr em causa o consenso inicial que tinha sido feito na Assembleia e então aí sim abriam uma “caixa de Pandora”, porque nesse caso teriam que voltar a discutir todas as questões desde o início. Apelou aos bons ofícios de moderação do senhor Presidente para juntar os diferentes Deputados Independentes para procurar que a presente matéria pudesse ser resolvida em primeira instância dentro da lógica que tinha fundado o presente modelo de funcionamento da Assembleia Municipal em 2013 e que tinha tido continuidade em 2017. E na sua opinião se isso não acontecesse essa situação iria prejudicar aquilo que eram os bons trabalhos da Assembleia, aquilo que era um consenso positivo que se tinha gerado na diversidade da Assembleia, e nesse sentido nada de bom traria.-----

----Em síntese e para contribuir, disse que o PSD estava disponível para na reunião do dia seguinte ceder tempo para o Senhor Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello



Gonçalves, e queria dizer que o Senhor Deputado contava com toda a sua consideração e estima. A segunda questão, também para si muito importante era a questão relacionada com o modelo de funcionamento das próprias Comissões, e até haver alteração seguiriam o modelo que estava estabelecido pelo Bloco de Esquerda, e PSD iria indicar qual era a Comissão que iria prescindir. Em terceiro lugar queria apelar para que a reunião que iria existir e que iria reunir todos os Independentes pudesse produzir consenso, porque via com muita dificuldade outra solução no presente momento que não uma solução enquadrada pelo consenso que tinha estado na origem dos trabalhos da Assembleia Municipal.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro pediu** desculpas mas tinha que sair da presente reunião.-----

----Informou que iriam apresentar um Voto de Pesar para a reunião do dia seguinte de pesar sobre o falecimento Fernando Midões que era um jornalista e crítico.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** para fechar a discussão sobre o novo Deputado Independente perguntou se podiam, transitoriamente, assumir que para as propostas da reunião do dia seguinte o Senhor Deputado teria 30 segundos que seriam retirados do PSD e atribuídos todos os Deputados Municipais que exerciam o Mandato como Independentes, gerindo assim o tempo pelos 10 Deputados, lembrou que para o debate de atualidade todos dispunham de 5 minutos e no ponto com as Perguntas à Câmara o Senhor Deputado em causa não tinha colocado nenhuma questão.-----

----**O Senhor Deputado José Leitão** anunciou que iriam entregar à Mesa um pedido para a realização de debate de atualidade sobre a nova mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, sobre os novos Passes sociais.-----

Ponto 3. Preparação da reunião plenária de 12.03.2019-----

----**O Senhor Presidente em exercício** sobre o presente ponto deu conta que tinham uma ordem de trabalhos extensa e não sabia se iriam conseguir discutir todos os pontos, também iria depender da contenção dos Senhores Deputados. -----

----Lembrou que tinham o debate de atualidade sobre o futuro do Campo Pequeno, as perguntas à câmara, bem como várias matérias que tinham algum grau de urgência de relacionamento com o Tribunal de Contas e relacionamento com a Área Metropolitana de Lisboa.-----

---Informou que o CDS-PP lhe tinha colocado uma questão prévia sobre uma proposta e pediu ao Senhor Deputado para explicar do que se tratava.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** explicou que a questão estava relacionada com a proposta n.º 107/CM/2019 sobre minutas das adendas aos Contratos de Mandato celebrados com Lisboa Ocidental, SRU, ou seja, estavam a fazer uma alteração aos contratos com base numa pronúncia do Tribunal de Contas, e portanto consideravam que era essencial ter acesso a essa pronúncia do Tribunal de Contas, que tinha originado a



elaboração da proposta e que, aliás, de resto estava prevista no considerando sexto da proposta. Tendo em conta que tinham reunião de Comissão ainda no presente dia, para discutir o parecer, queriam reforçar o pedido ao Senhor Presidente, que pudessem ter acesso a esse documento.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** antes de dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para se pronunciar sobre a matéria colocada, queria dizer que separava a matéria em duas questões diferente, a política e a jurídica.-----

----Sobre a questão política não se iria imiscuir na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal em exercício, ou seja do que eram os fundamentos da proposta, da sua tramitação e daquilo que depois, a Câmara usava para fundamentar aquilo que tinham em cima da mesa e configurando uma alteração que o Senhor Vice-presidente já tinha explicado numa das conferências anteriores que isso viria acontecer e os efeitos que essa matéria poderia ter na formulação do voto das diferentes forças políticas.-----

----Do ponto de vista jurídico disse que cabia à Mesa da Assembleia Municipal a admissibilidade ou não da proposta para discussão, e considerava que não estava em causa a ausência de acesso à correspondência entre a Câmara e o Tribunal de Contas e que não colocava em causa a admissibilidade jurídica da proposta e a sua discussão em plenário, e por esse motivo tinha agendado a proposta.-----

----Do ponto de vista prático aquilo que que não estava relacionado nem com a parte política nem a parte puramente jurídica da matéria, mas que estava relacionada com a prática dos órgãos aquilo que se tinha vindo a verificar ao longo dos anos era que processos em curso com o Tribunal de Contas só tinham sido integralmente disponibilizados após a sua conclusão.-----

----Enquanto Presidente em exercício da Assembleia Municipal existia a questão política, a questão da prática, da questão jurídica, e o seu entendimento era que não colocava em causa a admissão da proposta e por isso a tinha admitido, distribuído e agendado.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** explicou que o argumento sobre a presente matéria não era nada de novo, que já tinha sido utilizado diversas vezes, também já tinha sido utilizado pelo Senhor Presidente em reunião de Câmara, e era muito simples. Explicou que do ponto de vista da Câmara só fazia sentido apresentar toda a documentação relativa a um processo quando ele estava concluído, nomeadamente nesse diálogo com o Tribunal de Contas e, portanto, o que tinham feito sempre, e não era a primeira vez que isso acontecia, iam fazendo os ajustamentos que consideravam necessários. Sendo que queria fazer uma correção ao que tinha sido dito, era que não tinha havido nenhuma pronúncia do Tribunal de Contas sobre a matéria. O Tribunal de Contas fazia perguntas. E a Câmara fazia os esclarecimentos às perguntas que tinham sido colocadas.-----



----Explicou que por vezes faziam alguns ajustamentos aos contratos em face de alguma reincidência nas perguntas, aliás, todos sabiam que essa relação com o Tribunal de Contas era uma relação complexa, porque até ao dia da emissão de visto ou não visto não havia nenhuma pronúncia, como o Senhor Deputado do CDS-PP tinha referido, ou qualquer indicação sobre qualquer coisa que estivesse a ser feita correta ou incorrectamente, havia apenas colocação de questões por parte do Tribunal de Contas.-----

----Continuou dizendo que lhes parecia prematuro que em face de um conjunto de questões que eram colocadas, que eram substantivas, uma vez que o que acontecia no presente caso em particular era que, no fundo, as questões colocadas pelo Tribunal de Contas sugeriam que prefeririam que algo que estava num determinado conteúdo, que era uma tabela de distribuição por projetos com o respetivo valor logo à frente, estava em anexo ao contrato referindo-se no contrato que o anexo fazia parte integrante do contrato, que fosse colocado dentro do contrato, porque as questões que tinham sido colocadas de forma sucessiva sobre esse aspeto da forma. E, portanto, estavam a fazer esse ajustamento, que era um ajustamento normal, que lhe parecia que não estavam perante nenhuma alteração de conteúdo que, numa relação também normal e institucional nem deveria ser uma matéria, se a legislação tivesse bem-feita, para vir a uma Assembleia Municipal ou à Câmara Municipal.-----

----Concluiu, dando conta que no final esse processo seria como todos os outros, completamente público e escrutinável por todos os Senhores Deputados. No entanto não fazia sentido que no meio do processo que se tivesse uma visão enviesada e apenas uma pequena parte do processo fosse distribuída pelos Senhores Deputados, sob pena de lhe tirar a capacidade de olharem para todo o conteúdo e não apenas para uma questão.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** ainda sobre a reunião do dia seguinte pediu ao Senhor Vice-Presidente para tentar disciplinar os tempos de intervenção da Câmara no ponto da Ordem de Trabalhos referente às Perguntas à Câmara.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** quis ainda dar nota ao Senhor Vice-Presidente que nas perguntas que o CDS-PP tinha indicado à Câmara, tinham uma que era relativamente extensa, que seria a ultima pergunta, e que já tinha sido anteriormente colocada mas que não tinham obtido respostas concretas, e que iriam prescindir da quinta pergunta que tinham indicado.-----

Ponto 4. Lista de matérias e assuntos pendentes (Doc 4)-----

Ponto 5. Actualização do Calendário (Doc 5)-----

----**O Senhor Presidente em exercício** disse que poderiam discutir os pontos 4 e 5 da Ordem de Trabalhos em conjunto.-----



----Informou que a ideia era tentarem procurar resolver as matérias pendentes nas sessões do dia 12 e do dia 19 de Março, e a segunda sessão do Debate Temático sobre os animais a 21 de Março.-----

----Lembrou que tinham um conjunto grande de matérias pendentes na Assembleia, tinham conseguido resolver variadíssimas petições, mas em breve teriam mais petições e propostas, e estava a assinalar essas questões para os Senhores Deputados pensarem se queriam aproveitar alguma quinta-feira, ou uma sessão de debate para agendar essas matérias.-----

----Avançou, dizendo que no dia 26 de Março tinham a matéria das Declarações Políticas e depois tinham um pedido da Câmara Municipal para duas matérias, que em princípio se iriam concretizar, sobre a pronúncia do município sobre a descentralização do Governo, e as novas matérias referentes à articulação da Câmara com as Freguesias.-----

----Assim, solicitou ao Senhor Vice-Presidente que explicasse em detalhe quais seriam essas matérias para o dia 26 de Março, para poderem conjugar e articular esse pedido antecipado, com as Declarações Políticas.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** informou que os Contratos de Delegação de Competências iriam a sessão de Câmara no dia 14 de Março, eram os Contratos Delegação de Competências até 2021, era um pacote de 50 milhões de euros, e portanto, era uma aposta reforçada, aproveitando a capacidade que as Juntas de Freguesia tinham para fazer intervenções de proximidade em cada uma nas áreas territoriais onde operavam, e reforçar também a sua capacidade financeira para o poderem fazer em nome delas próprias, mas também do município, aceitando um conjunto de delegação de competências, que sendo elas do município eram delegadas por essa via nas Juntas de Freguesia.-----

----Explicou que era um pacote de Delegação de Competências da máxima importância, porque tinha um impacto muito determinante em diferentes áreas, desde a segurança nas zonas escolares até às questões relacionadas com segurança na mobilidade local, um conjunto intervenções sociais, equipamentos desportivos, e ainda um conjunto de projetos especiais. Recordou que esse processo tinha sido um processo participado por todas as Juntas de Freguesia que responderam ao desafio colocado, balizado pelo Município de Lisboa através do seu Presidente em determinadas áreas, e, portanto, tinha sido respondido por todas as Juntas de Freguesia, e depois de uma fase negocial e numa fase de melhoria contínua em todo o processo com a aprendizagem sobre o mesmo que estava em fase de terminar correspondente ao mandato anterior, então estavam em condições de apresentar esse novo pacote de Delegação de Competências.-----

----Quanto à transferência de competências do Estado para o Município, disse que se tratava de um novo pacote de três áreas de transferência de competências, Cultura,



Qualidade Alimentar, e os Direitos dos Animais, disse ainda que o prazo terminava a um de Abril.-----

----Informou que o PCP tinha apresentado na Câmara Municipal uma proposta para a não-aceitação da transferência de competências para o Município, contudo a opinião da maioria era a da aceitação dessa transferência de competências e, portanto, iriam também apresentar uma proposta para poderem debater a matéria em Sessão de Câmara no dia 21 de Março para poder vir à Assembleia Municipal em tempo, antes do dia 1 de Abril.-----

----Acrescentou que ainda ficavam algumas competências por trazer à Assembleia, mas que tinham um prazo mais dilatado, uma relacionada com a área da saúde em maio e outra com área da educação no final de Abril, e portanto, também estava em preparação esse pacote.-

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** disse tinha uma questão sobre as propostas pendentes, nomeadamente a proposta do PSD, se podiam estipular, quando fizessem a discussão e aprovação da proposta de debate temático do PSD, um prazo máximo de 60 dias para a elaboração do relatório final, uma vez que os relatórios finais acabavam por ficarem espaçados no tempo, acabando por perder a sua eficácia face aquilo que eram as discussões nas sessões do debate temático.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** disse que era uma boa ideia e uma boa sugestão.-

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** declarou que acrescentaria que poderia ser aplicado ao Debate que estava a decorrer, tendo em conta que a primeira sessão tinha sido na semana anterior, nada haveria contra em aplicar-se a mesma regra ao debate que estava em curso.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** declarou que a Mesa tinha sempre procurado aplicar esse limite temporal, no entanto nem sempre conseguiam.-----

----Informou que tinha entrado em contacto com o Senhor Presidente 8ª Comissão sobre o debate Temático o risco sísmico e que se tinha comprometido até ao final de março entregar o relatório. Em relação ao Debate Temático sobre o Turismo, segundo as informações que tinha os relatores já tinham entregado à Senhora Deputada Maria Luisa Aldim e também se tinha comprometido a entregar o quanto antes.-----

Ponto 6. Outros Assuntos-----

----**O Senhor Presidente em exercício** sobre o presente ponto deu nota de mais um conjunto de pareceres da Associação Nacional de Assembleias Municipais sobre um conjunto de matérias.-----

----Perguntou se algum Senhor Deputado tinha algum outro assunto que quisesse abordar.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** perguntou em relação à transferência de competências, tendo em conta que o prazo para se pronunciarem era dia 1 de Abril, qual seria a data da reunião para discutirem a matéria.-----



----**O Senhor Presidente em exercício** lembrou que seria a dia 26 de Março, conforme previsto no calendário.-----

---Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-Doc 1 – Draft da Ata n.º 28 de 04.02.2019-----

-Doc 2 – Draft da Ata n.º 29 de 11.02.2019-----

-Doc 3 - OT da 58ª Reunião, de 12.03.2019-----

-Doc 4 - Lista de matérias e assuntos pendentes-----

-Doc 5 – Calendário-----

-Doc 6 – Proposta 004/PSD/2019-----

---Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente em exercício deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas e cinquenta e dois minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

O Presidente em exercício _____

A Primeira Secretária em exercício _____

A Segunda Secretária _____